

## AMAZÔNIA E A BUSCA PELO CONHECIMENTO INTERDISCIPLINAR

*Maria Jose Ferreira Tupinambá*

Mestranda do PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas, Bolsista Embrapa, orientanda do Prf. Dr. Gilson Vieira Monteiro  
email- [maria.tupinamba@cpaa.embrapa.br](mailto:maria.tupinamba@cpaa.embrapa.br)

### **Apresentação**

Nesse trabalho se busca conhecer os diversos conceitos que são adotados para se divulgar a Amazônia e a necessidade em se conhecer essa região em toda a sua complexidade para se promover o seu desenvolvimento social, econômico e ambientalmente justo.

Por se tratar de uma região diferenciada, que ainda guarda recursos naturais inexistentes em outras áreas do planeta, a Amazônia deveria ter suas propostas de desenvolvimento passando obrigatoriamente por um profundo e complexo estudo envolvendo vários setores da sociedade.

A geração de conhecimento e o compartilhamento dos “saberes” entre as universidades e as comunidades, numa rede de comunicação que busque a melhoria da qualidade de vida das populações interioranas, ao contrário dos modelos de desenvolvimento empregados na região que sempre priorizaram o desmatamento da floresta, poderia ser melhor analisada. Mas o Brasil parece ainda não ter respostas do que fazer com essa imensa região que corresponde a 60% do território nacional.

### **Metodologia**

Nessa discussão procurou-se analisar os conceitos de Amazônia e as propostas de desenvolvimento econômico adotados nos últimos anos.

O que caracteriza como Amazônia ainda não se sabe ao certo. Mas as referências à Amazônia brasileira aparecem de duas maneiras distintas. A primeira é o bioma Amazônia, uma

definição ecológica que considera apenas as áreas de formação florestal e seus ecossistemas associados; tem 4,2 milhões de km<sup>2</sup>, ou 50% do território nacional. Dessa forma, o extremo sul do estado de Tocantins fica fora dessa região.

A outra, chamada Amazônia Legal, é uma região política, que abrange os sete Estados do Norte, mais Mato Grosso e metade do Maranhão. Tem pouco mais de 5 milhões de km<sup>2</sup> e foi definida originalmente como área de jurisdição da antiga Sudam, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

A região geoeconômica da Amazônia compreende todos os estados da região Norte do Brasil (Amazonas, Pará, Roraima, Amapá, Acre, Rondônia e Tocantins), praticamente todo o Mato Grosso e o oeste do Maranhão, numa área de aproximadamente 5,1 milhões de quilômetros quadrados (cerca de 60% do território do país). Abrange ainda parte dos países limítrofes. Possui o menor número de habitantes do país, com cerca de 25 milhões de pessoas (IBGE, 2010).

Além de áreas de floresta, inclui cerca de 730 mil km<sup>2</sup> de cerrado e outras formações naturais não florestais. Os 100 mil km<sup>2</sup> que sobram são as superfícies ocupadas pelos rios. Normalmente, faz-se referência à Amazônia Legal quando se trata de dados econômicos; as estatísticas sobre desmatamento – ou desflorestamento – dizem respeito apenas às áreas de floresta.

Somada a toda essa grandiosidade e diversidade geográfica, a região abriga a maior floresta equatorial do mundo e diversas populações indígenas. Desenvolver essa região economicamente sem causar prejuízos às futuras gerações é o grande desafio do país.

## **Desenvolvimento**

O pesquisador Djalma Batista, na sua obra o Complexo da Amazônia – Análise do Processo de Desenvolvimento, expôs de maneira mais clara e ilustrativa a questão da diversidade natural e cultural da Amazônia e de que modo esses componentes devem ser considerados nos processos de desenvolvimento.

O primeiro ponto a ser levado em conta, segundo ele, é o fato de que há várias Amazôniaas constituindo o que ele denomina Pan-Amazônia e que esta não diz respeito apenas ao Brasil, mas envolve territórios, populações, etnias, línguas, economias e culturas de diversos povos. Situação que nos coloca diante da necessidade de desenvolvermos uma compreensão muito mais abrangente, transnacional mesmo, porque muitos são os aspectos que nos aproximam e nos identificam.

A principal pergunta que está por trás da obra é: até que ponto as políticas de desenvolvimento regional dão conta da complexidade econômica, social, cultura e ambiental da região?

Para ele, a solução se sustenta no tripé educação, ciência e a tecnologia (aí incluída a pesquisa), e a saúde, pressupostos básicos apontados para a formação de um Estado democrático de direito em que os cidadãos tenham as condições mínimas ou ideais para a construção de uma sociedade próspera, justa e igualitária.

É a partir desse pensamento que se conclui que as políticas, programas e projetos que se desenvolvem neste âmbito deverão contar com uma visão multidisciplinar que permita priorizar temas de agenda sobre a base de sua diversidade biológica e cultural.

Por outro lado, existe um desequilíbrio entre a informação, os recursos humanos especializados e o desenvolvimento vertiginoso de infraestrutura que se está expandindo por toda a Amazônia. Pouco a pouco, seus territórios se veem rodeados por atividades de desenvolvimento que não necessariamente são compatíveis com o entorno nem com o modo de vida das comunidades amazônicas.

A opinião pública local, regional e nacional, tradicionalmente se encontra a favor de estradas e infraestruturas (ex. megaprojetos), devido principalmente a que a visão de desenvolvimento e progresso que temos se baseia no desenvolvimento de infraestrutura como base para o bem-estar, minimizando impactos sociais e ambientais.

Essa representação social teve início durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil tornou-se novamente um grande exportador de borracha, porque os japoneses haviam tomado o controle da produção na Ásia, grande produtora e exportadora do produto. Getúlio Vargas, então

presidente do Brasil, fez um acordo com os Estados Unidos e, em troca de investimentos, o Brasil se dispôs a produzir e exportar borracha para aquele país.

Esse período foi marcado por intenso nacionalismo, defendido por Vargas, que incentivava a marcha para o Oeste e o povoamento da Amazônia (REIFSCHNEIDER, 2010, p. 81). Os nordestinos foram os que migraram em maior número para a região, atraídos por propostas sedutoras de enriquecimento pela extração e venda da borracha.

O início do governo militar também deixou suas marcas na ocupação da Amazônia. Com um discurso nacionalista, os militares pregaram a unificação do País com o lema: “integrar para não entregar”. Nessa época começaram as grandes obras rodoviárias em direção à Amazônia. A rodovia Transamazônica foi inaugurada em 1972 e, dois anos depois, ficou pronta a rodovia Belém-Brasília. Alguns anos antes também já havia sido criada a Zona Franca de Manaus para incentivar a industrialização da região.

Por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o governo ofereceu uma série de incentivos aos interessados em produzir na região. Nesse período intensificaram a grilagem de terras e os conflitos entre os pequenos e grandes proprietários na região.

Após anos de incentivos à produção e à ocupação da Amazônia, os sinais de destruição ficaram ainda mais claros. Em 1978, período em que o mundo já começava a se preocupar com a destruição dos recursos naturais, a área desmatada nesse bioma chegou a 14 milhões de hectares (REIFSCHNEIDER, 2010, p. 82) .

Para o consórcio Iniciativa Amazônia, que congrega diversas instituições de pesquisa da América do Sul, o isolamento no qual se encontram as comunidades amazônicas foi uma vantagem no passado, mas atualmente se converteu em uma barreira ao pronunciamento por parte deles. Para poder lidar com o avanço do “ocidente”, as comunidades originárias requerem informação, certo conhecimento e poder falar a linguagem do país. Neste ponto que se insere a educação, a capacitação e a necessidade de uma política educacional contextualizada, participativa e inclusiva.

Segundo dados da IA, existem cerca de 23 universidades na região que oferecem uma educação superior intercultural. Para essa instituição, é importante que o caráter intercultural se reflita no currículo e não simplesmente na diversidade cultural de seu corpo discente e docente.

A educação intercultural deve ser para todas as populações de um país intercultural e contar com uma ênfase curricular na graduação e pós-graduação, na heterogeneidade cultural, no respeito e na consideração em relação aos saberes locais (Iniciativa Amazônica, 2011).

Esse intercâmbio de saberes entre o “ocidente” e as comunidades segue sendo limitado e o existente deve servir não somente para incluir conteúdos referidos a cosmovisões, histórias, taxonomias e outros conhecimentos de diversos povos no currículo, mas também para promover formas práticas de colaboração intercultural na produção e aplicação de conhecimentos em temas concretos.

### **Resultados alcançados**

Diante dessa realidade podemos questionar quais contribuições podem ser dadas pela pesquisa em nível de pós-graduação em tudo isso? Qual o posicionamento das universidades amazônicas e instituições de pesquisa na formação de recursos humanos com um forte interesse nas problemática da região amazônica? De que forma as ONGs e outras instituições podem também colaborar neste processo de conhecimento da realidade amazônica?

Compreender a Amazônia seria então o primeiro passo para desenvolvê-la de forma igualitária e segura para a sua população e o ecossistema que ela possui. Uma mudança de pensamento sobre esse processo também deveria ser criado na sociedade desde que se adotasse a divulgação em rede desses conhecimentos.

## Referências:

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia** – Análise do processo de desenvolvimento. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007. 408p.

<https://wiki-ia.wikispaces.com/III+Dialogo+Amaz%C3%B4nico+%28port%29>

- **Iniciativa Amazônica**, acessada em 23 outubro 2011.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o\\_geoecon%C3%B4mica\\_Amaz%C3%B4nica\\_do\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_geoecon%C3%B4mica_Amaz%C3%B4nica_do_Brasil) – O que Região Amazônica, acessado em 15 de dezembro 2011.

REIFSCHNEIDER, Francisco José Becker; Gilmar Paulo Henz, Carlos Francisco Ragassi, Uander Gonçalves dos Anjos e Rodrigo Montalvão Ferraz. **Novos ângulos da história da agricultura no Brasil**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2010, 112 p.